Processo n.º 22/2000
(Recurso Contencioso)

Data: 5/Fevereiro/2004

Assuntos:

- Acidente em serviço;
- Nexo causal entre a relação de serviço e o infortúnio;
- Subsídio às vítimas de crimes violentos.

SUMÁRIO:

- 1- O conceito de acidente de serviço assenta nos mesmos elementos dos de acidente de trabalho e devem integrar a noção de acidente de serviço, à falta de uma definição legal, os mesmos requisitos que a legislação laboral enuncia para o acidente de trabalho.

- 2- Para qualificar um acidente como de trabalho não basta que se tenha verificado no local e hora de trabalho ou serviço a ser prestado, impondo-se o apuramento da existência denexo causal entre o trabalho e a lesão.

- 3- O funcionário que durante a prestação de serviço, quer esta decorra no local e no tempo normais, quer fora deles, mas em execução de ordens, ou para realizar funções sob a autoridade dos seus superiores, ou em proveito e para benefício da entidade pública, que utilize o seu trabalho, for vítima de acidente que lhe ocasione lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução da capacidade de trabalho, tem direito a assistência do Estado, por se tratar de acidente de serviço.
- 4- Para que ocorra um acidente em serviço torna-se indispensável a existência de um triplo nexo causal - da relação do trabalho com o acidente, deste com a lesão e desta com a incapacidade ou morte do sinistrado.
- 5- Os direitos previstos na Lei n.º6/98/M são claramente supletivos e só são atribuídos quando, por outra via, não seja possível ressarcir a vítima, o que se compreende, visto que os actos violentos que dão causa às lesões, não são imputáveis à Região, nem a nenhum ente público.
- 6- Não haverá lugar à aplicação do disposto na referida lei quanto à protecção das vítimas dos crimes violentos quando o dano for causado por um veículo terrestre a motor, bem como se forem aplicáveis as regras sobre acidentes de trabalho ou em serviço.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 22/2000
(Recurso Contencioso)

Data: 5/Fevereiro/2004

Recorrente: A

Recorrido: Ex-Governador de Macau

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I- A, guarda prisional, interpôs recurso contencioso de anulação do despacho do Encarregado do Governo, de 24 de Novembro de 1999, que indeferiu o pedido de concessão de subsídio por aquele formulado, com fundamento em parecer da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos.

Na petição de recurso contencioso o recorrente A impugnou o referido acto administrativo, por violação do n.º6 do artigo 1º da Lei n.º6/98/M, de 17 de Agosto e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 41º do Decreto-Lei n.º23/95/M, de 1 de Junho, com fundamento no facto de não ter sido

vítima de qualquer acidente em serviço, mas de atentado doloso, fora do serviço e de só ter peticionado subsídio por danos morais.

Por acórdão de 20 de Março de 2003, deste **Tribunal de Segunda Instância**, foi dado provimento ao recurso e anulado o acto recorrido, por violação do n.º 6 do artigo 1º da Lei n.º 6/98/M, com base em questão suscitada pelo Digno Magistrado do Ministério Público, entendendo que o acto recorrido deu como adquirida a caracterização da situação como de acidente de serviço, em função de acto anterior do Secretário-Adjunto para a Justiça, quando se devia ter debruçado sobre a situação de que o Recorrente foi vítima, designadamente se se tratou de acidente em serviço e não ter dado como assente tal caracterização em virtude de alegado acto administrativo anterior.

Interpôs a entidade recorrida no recurso contencioso (presentemente o Chefe do Executivo) recurso jurisdicional para o T.U.I.

O Recorrente no recurso contencioso e a Exma Magistrada do Ministério Público junto do T.U.I. defenderam a manutenção do julgado.

E o fundamento respeitante ao facto de o acto administrativo contenciosamente recorrido não ter qualificado o facto que deu origem às lesões do recorrente como acidente em serviço (ou não), mas ter aceite tal caracterização jurídica, feita por outro órgão da Administração, constituiu a

questão que o T.U.I. apreciou, na medida em que o objecto do recurso jurisdicional foi a decisão judicial recorrida. Entendeu assim aquele alto Tribunal estar fora da sua apreciação saber se o acto de que foi vítima o guarda A foi ou não acidente em serviço, ou se os danos não patrimoniais podiam ser fundamento para atribuição de subsídio, nos termos da Lei n.º6/98/M, mesmo em caso de acidente em serviço, porque estas questões não foram objecto da decisão recorrida.

Curou apenas de apurar se o órgão administrativo, autor do acto contenciosamente recorrido, violou a lei ao ter aceite a caracterização do acto como acidente em serviço, da autoria de outro órgão da Administração, e em não se ter debruçado sobre a questão, nem ter emitido pronúncia própria.

O T.U.I. veio a considerar, ao contrário do que entendera o T.S.I., que os Serviços de Justiça produziram um acto administrativo válido e eficaz a qualificar o acto como acidente em serviço, determinando a final que o acórdão proferido nesta instância devia ser revogado e este Tribunal devia apurar se o atentado de que o ora recorrido foi vítima é considerado acidente em serviço e mesmo que o fosse, se tal impedia a atribuição do subsídio previsto na Lei n.º6/98/M, por danos não patrimoniais, já que a protecção por acidente em serviço não abrange(u) o ressarcimento destes danos.

*

O Digno Magistrado do Ministério Público junto deste Tribunal emitiu doto **parecer**, alegando, em síntese:

A caracterização da natureza do evento como acidente de serviço pressupõe a existência de nexos causal entre a relação de serviço e o infortúnio.

Como diz Pedro Romano Martinez, "Acidentes de Trabalho", pág. 52/53, "... nem todo o sinistro verificado no local de trabalho é acidente de trabalho, pois torna-se necessária a existência de uma causa adequada entre o acidente e o trabalho", acrescentando que "... fora do local de trabalho ainda podem ser qualificados como acidentes de trabalho os que sejam consequência directa da actividade desenvolvida, ou seja, cuja causa teve a sua origem na actividade desenvolvida no local de trabalho".

Esta tem sido também a abordagem dominante da Jurisprudência portuguesa (a relevar meramente a nível referencial), entendendo-se que para qualificar um acidente como de trabalho não basta que se tenha verificado no local e hora de trabalho ou serviço a ser prestado, impondo-se o apuramento da existência de nexos causal entre o trabalho e a lesão.

Mesmo entendendo-se que o sinistrado, enquanto estava sentado na esplanada de uma pastelaria, cerca das 23:00 horas, fora do seu horário normal de trabalho, se encontrava em serviço porque as funções específicas de guarda prisional que desempenhava eram consideradas em permanente serviço, sempre subsistirá a questão do nexos causal entre o atentado que sofreu e esse serviço.

Daí que, não se mostrando verificado aquele imprescindível nexo causal entre o infortúnio sofrido pelo recorrente e o seu serviço e funções, se não pudesse caracterizar a situação como de "acidente de serviço".

Desta forma, fundamentando a Administração o indeferimento do pedido de concessão de subsídio ao abrigo da Lei 6/98/M, de 17/8 (Protecção às Vítimas de Crimes Violentos), formulado pelo recorrente com base naquela caracterização do sucedido, actuou com erro nos pressupostos de direito, o que deve conduzir à anulação do acto, merecendo assim, em seu critério, provimento o presente recurso.

*

II- Os factos considerados provados nos presentes autos são os seguintes:

O recorrente A, na sequência de um atentado de que foi alvo, formulou ao então senhor Governador de Macau, nos termos dos artigos 1º, 2º, 5º e 7º da Lei 6/98/M de 17 de Agosto um subsídio de Esc. 6,500,000\$00 (seis milhões e quinhentos mil escudos) pelos danos morais sofridos e que oportunamente descreveu em petição que lhe foi dirigida em 16/6/99 (fls. 2 e segs. do 1º vol. do P.I.).

Foi então aberto um processo para atribuição de subsídio no âmbito da Lei de Protecção às Vítimas da Criminalidade Violenta, como se alcança de fls.1 do 1º vol. do P.I., devidamente instruído pelo Ministério Público, vindo a ser lavrado o Relatório final de fls.152 a 153v. e nos termos do qual a Digna Magistrada se pronunciou no sentido favorável à

concessão do subsídio à vítima de crimes violentos (fls. 153 v. do 1º vol. do P.I.).

Concluída a instrução, o processo foi remetido à Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos, ao abrigo do disposto no artigo 11º, n.º1 da supra citada lei.

A Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos veio a emitir o seguinte **PARECER**:

"**Assunto**: Pedido de concessão de subsídio relativo ao processo n.º 9/CPVCV/99

No dia 13 de Dezembro de 1998, por volta das 23H00, e junto duma mesa da esplanada de pastelaria denominada Caravela, sita em Macau, na Rua do Comandante Mata e Oliveira, n.º7-H, rés-do-chão, foi atingido por disparos de duas armas de fogo, no seu ombro esquerdo e na região abdominal (a fls.14 e s.s.) **A**, 1º subchefe, 4º escalão do Estabelecimento Prisional de Coloane (a fls. 12).

Na altura e no mesmo local foi também atingido o seu colega **B**.

Este último não conseguiu sobreviver aos ferimentos, tendo falecido logo ali no local.

A vítima **A** foi evacuado de imediato para o Centro Hospitalar Conde de S. Januário, no Território de Macau, onde foi submetido a cirurgia exploradora da região cervical posterior esquerda (a fls. 14).

Em 27 de Dezembro de 1998, o mesmo ofendido foi transferido para o Serviço de Neurocirurgia do H. S. Maria, em Lisboa.

Em 29 de Dezembro de 1998, foi transferido para o Hospital de São João, no Porto, onde foi submetido a vários exames e tratamentos, e esteve internado até ao dia 26 de Janeiro de 1999.

Como consequência directa e necessária dos disparos mencionados no supra n.º1, a vítima **A** sofreu "grave lesão axonal recente do plexo braquial esquerdo, mais provavelmente a nível dos cordões secundários, mais grave da corda antero-lateral e posterior e de menor gravidade na corda antero-medial" (a fls. 28).

O processo criminal corre seus termos pelo Ministério Público sob o Inquérito n.º3265/98.2PJIMA.

Aos 9 de Junho de 1999, foi apresentado um pedido de concessão de subsídio no âmbito da Lei n.º6/98/M, de 17 de Agosto, pelo ofendido **A**, ora residente na XXX, Portugal.

O pedido de concessão do subsídio foi apresentado atempadamente e pela pessoa com legitimidade por o requerente ser a própria vítima de lesões corporais graves resultantes directamente de actos intencionais de violência praticados em Macau.

Na altura da ofensa, a vítima encontrava-se legalmente no Território.

Conforme ofício n.º5501/SPEA da Direcção dos Serviços de Justiça de 10 de Novembro de 1999 (a fls. 25 e s.s.), a mesma instituição não abonou nem subsidiou nada ao requerente.

Segundo o mesmo ofício, todas as despesas efectuadas em relação ao tratamento de reabilitação do requerente foram reembolsadas pelos Serviços de Saúde

de Macau até ao dia 30 de Setembro de 1999, altura em que terminou o seu contrato (a fls. 12v).

No entanto, segundo o teor do Auto de Notícia de Acidente em Serviço, anexo à Informação n.º332-A de 14 de Dezembro de 1998 elaborada pelo Director da Direcção dos Serviços de Justiça (a fls. 26 e s.s.), que mereceu visto do Senhor Secretário Adjunto para a Justiça, por despacho de 14/12/98 (a fls. 26), foi qualificado o facto em causa como "acidente em serviço porque as funções específicas que desempenha são consideradas em permanente serviço" (a fls. 28).

Tendo em conta essa qualificação do trágico acontecimento como acidente em serviço para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 41º do Decreto-Lei n.º23/95/M, de 1 de Junho, será afastada a aplicação da Lei n.º6/98/M, de 17 de Agosto, àquele acontecimento nos termos do disposto no artigo 1º, n.º6 desta Lei.

Conclusão

Pelo exposto e em cumprimento do disposto no artigo 1º, n.º6 da Lei n.º6/98/M, de 17 de Agosto, somos de parecer que não pode ser atendido o pedido de concessão de subsídio acima identificado, uma vez que ao dano em causa já foram aplicadas as regras sobre acidente em serviço."

A pretensão do Recorrente foi indeferida por despacho do então Senhor Encarregado do Governo, datado de 24/11/99 e do seguinte teor: "Indefiro pelas razões aduzidas no parecer da Comissão.", sendo este o acto recorrido.

Após os factos que vitimaram o Recorrente foi lavrado Auto de Notícia de Acidente em Serviço, (cfr. fls. 28 do 2.º vol. do P.I.), dando conta de um "acidente de que resultou ferimento múltiplo por arma de fogo", tendo sido vítima o recorrente A e ali se escrevendo, em impresso próprio já destinado aos autos de notícia de acidentes de serviço, que "o acidente deve ser considerado acidente em serviço porque as funções específicas que desempenha são consideradas em permanente serviço".

No âmbito desse processo, por Informação n.º322-A de 14 de Dezembro de 1998, elaborada pelo Director da Direcção dos Serviços de Justiça (a fls.26 sgs.), foi exarado o seguinte:

"Exmo. Senhor

Secretário Adjunto para a Justiça:

Para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 41º do Decreto-Lei n.º23/95/M, de 1 de Junho, junto remeto a V. Ex^a os anexos autos de notícia de acidente em serviço, ocorrido ontem, 13 de Dezembro de 1998, de que resultou a morte do 1º subchefe, B e ferimentos graves ao 1º subchefe A.

À superior consideração de V. Ex^a.

Direcção dos Serviços de Justiça, em Macau, aos 14 de Dezembro de 1998.

O Director,

(Assin.)"

Tal informação mereceu um mero "visto" do Senhor Secretário Adjunto para a Justiça, por despacho de 14/12/98.

III- O *thema decidendum* nesta sede está condensado na formulação emanada do Tribunal de Última Instância, ao entender revogar o acórdão proferido por este Tribunal, determinando o conhecimento das questões seguintes:

- Apurar se o atentado que o ora recorrido foi vítima é considerado acidente em serviço;
- E mesmo que o seja, se tal impede a atribuição de subsídio previsto na Lei n.º6/98/M, por danos não patrimoniais, já que a protecção por acidente em serviço não abrange(u) o ressarcimento destes danos.

*

Somos, assim, a pronunciar-nos sobre aquilo que num primeiro momento entendemos devia ter sido a Administração a fazê-lo, no pressuposto de que o acto de caracterização do referido acidente como acidente de serviço não houvera sido validamente produzido pela Administração. Assim não o entendeu o Venerando Tribunal de Última Instância, pelo que, no entendimento superior de que o acidente foi caracterizado como tal, importa agora indagar se há lugar ou não à anulação do acto por errada interpretação das normas aplicáveis.

Na verdade, partiu a Administração do postulado de que a vítima, enquanto guarda prisional, estaria em permanente serviço, donde, muito embora sentado numa esplanada de uma pastelaria, cerca das 23:00 horas, fora do seu horário normal de trabalho no Estabelecimento Prisional, aqueles funções específicas de guarda prisional que desempenhava eram consideradas em permanente serviço, pelo que o atentado de que foi alvo terá sido um acidente em serviço.

Convenhamos que se assentar nesta linearidade de argumentação não será difícil configurar que qualquer acidente não deixará de ser em serviço. Dir-se-á que não é assim porquanto desde que se soubesse qual a causa ou os motivos que lhe deram causa, desde que comprovadamente por razões pessoais ou da vida particular a caracterização do acidente como em serviço deixaria de operar. Mas também não se afigura legítimo operar tal caracterização quando se desconheçam as razões ou a motivação ínsita no cometimento do crime ou do acidente, pois que não se percebe com que base se pode operar a presunção de que o evento está conexionado ou se produziu ainda por causa das funções do agente vitimado.

Como observa o Digno Magistrado do Ministério Público junto deste Tribunal, mesmo dando de barato que tal como se assinala no "Auto de Notícia de Acidente em Serviço" elaborado pelo director da Direcção dos Serviços de Justiça, as funções específicas desempenhadas, na altura, pelo Recorrente "... são consideradas em permanente serviço", ainda assim se revelará questionável a existência de nexos causal entre a relação de serviço e o infortúnio.

Seguindo aqui a elaboração doutrinal que tem sido feita a propósito dos acidentes de trabalho, o que é legitimado pelo paralelismo das situações e tem sido acolhida em inúmeras decisões jurisprudenciais - no sentido de que o conceito de acidente de serviço assenta nos mesmos elementos dos de acidente de trabalho e de que devem integrar a noção de acidente de serviço, à falta de uma definição legal, os mesmos requisitos que a legislação laboral enuncia para o acidente de trabalho -¹, entende-se que para qualificar um acidente como de trabalho não basta que se tenha verificado no local e hora de trabalho ou serviço a ser prestado, impondo-se o apuramento da existência denexo causal entre o trabalho e a lesão.²

E nem sequer todo o sinistro verificado no local de trabalho é acidente de trabalho, pois torna-se necessária a existência de uma causa adequada entre o evento e a lesão, sendo certo que fora do local de trabalho ainda podem ser qualificados como acidentes de trabalho os que sejam consequência directa da actividade desenvolvida, ou seja, cuja causa teve a sua origem na actividade desenvolvida no local de trabalho.

Nesta linha já o Prof. Marcello Caetano ensinava que “o funcionário que durante a prestação de serviço, quer esta decorra no local e no tempo normais, quer fora deles, mas em execução de ordens, ou para

¹ - Cfr. a título de mera referência Acs do STA de 6/5/93, proc.30714, de 24/3/92, peroc. 29417, de 30/6/94, proc.33209

² - Melo Franco, Acidentes de Trabalho, separata do BMJ, 1979, 62

realizar funções sob a autoridade dos seus superiores, ou em proveito e para benefício da entidade pública, que utilize o seu trabalho, for vítima de acidente que lhe ocasione lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução da capacidade de trabalho, tem direito a assistência do Estado, por se tratar de acidente de serviço.”³

E estes princípios não deixam de estar plasmados no ordenamento de Macau, prevenindo a lei um conceito de acidente em serviço no art. 111º do ETAPM onde se prevê:

“1. Considera-se em serviço o acidente que, produzindo, directa ou indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a incapacidade ou morte do sinistrado, ocorra:

- a) No local de trabalho, durante o desempenho das suas funções;
- b) Fora do local de trabalho, na execução de serviços superiormente ordenados;
- c) No percurso normal entre a residência e o local de trabalho.

2. O acidente deve ser comunicado, por escrito, ao dirigente do serviço do sinistrado, nos 3 dias imediatos à sua ocorrência, podendo a comunicação ser feita pelo sinistrado ou por terceiro.

2. Não há lugar à aplicação do regime do acidente em serviço quando este:

- a) dolosamente provocado pelo sinistrado;

³ - Man.de Dto Adm, 9ª ed., 1980, 775

- b) Provier de acto ou omissão do sinistrado contra ordens expressamente recebidas;
- c) Provier de negligência indesculpável do sinistrado.”

Para que ocorra um acidente em serviço torna-se, pois, indispensável a existência de um triplo nexos causal - da relação do trabalho com o acidente, deste com a lesão e desta com a incapacidade ou morte do sinistrado.

No caso vertente, se dúvidas não existem sobre a existência dos dois últimos nexos mencionados, já quanto ao primeiro se suscitam fundadas dúvidas, na medida em que nada resulta dos autos no sentido de conexionar o atentado com o serviço que o agente desenvolvia, mesmo considerando que ele estava permanentemente em serviço.

Pela clareza da argumentação acompanha-se a posição explanada no supra citado parecer, onde se realça o facto de não se ter, até à data, apurado a identidade do autor dos disparos, nem do real motivo por que tal atentado foi levado a cabo, ficando-se também sem saber, com o mínimo de rigor e segurança, se o mesmo teve ou não algo a ver com a qualidade profissional ou com as funções desenvolvidas pelo sinistrado, sendo certo que, não se devem fazer projectar, injustificadamente, gravosas consequências de "acidente de trabalho", circunstâncias que com o trabalho não têm qualquer conexão, estimulando-se, por vezes, meras vinganças provenientes desde as mais frívolas realidades profissionais até aos mais profundos ódios.

Para além de que decidir se existe relação de causalidade entre o serviço e o acidente depende de formulação de juízos cognitivos feitos com base em conhecimentos científicos, em regras de experiência e na normalidade dos comportamentos humanos.

E se é verdade que não nos podemos desligar da realidade existente, à data, no Território de Macau, pautada por clima de grande insegurança e intranquilidade, nomeadamente no EPM, com grande actividade de índole criminosa, designadamente das denominadas "seitas", e que terá levado à contratação de guardas prisionais a Portugal, o que poderá, em termos impressionantes, levar à suposição que o evento poderá estar relacionado com a categoria profissional e funções exercidas pelo Recorrente, não se deixa de concordar que esse raciocínio assenta em meras conjecturas, não se podendo, sem mais, arredar a eventualidade de o móbil criminoso poder nada ter a ver com aquelas circunstâncias.

Não se verificando aquele imprescindível nexos causal entre a lesão sofrida pelo Recorrente e o seu serviço e funções, não se pode e não se devia ter caracterizado a situação como de "acidente de serviço".

Foi a partir dessa caracterização que a Administração se pautou no que se refere à resposta ao pedido de concessão do subsídio então formulado pelo requerente A.

A Lei n.º6/98/M veio prever a protecção às vítimas de crimes violentos.

Dispõe o artigo 1º, n.º1 da referida lei:

“(Subsídio às vítimas de crimes violentos)”

As vítimas de lesões corporais graves resultantes directamente de actos intencionais de violência praticados em Macau ou a bordo de navios ou aeronaves matriculados em Macau, bem como, no caso de morte, as pessoas a quem a lei civil conceda direito a alimentos, podem requerer ao Território a concessão de um subsídio, ainda que não se tenham constituído ou não possam constituir-se assistentes no processo penal, verificados os seguintes requisitos:

- a) As vítimas encontrarem-se legalmente no Território ou a bordo do navio ou aeronave;
- b) Da lesão ter resultado a morte, uma incapacidade permanente ou uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de pelo menos 30 dias;
- c) Ter o prejuízo provocado uma perturbação considerável do nível de vida da vítima ou das pessoas com direito a alimentos; e
- d) Não terem obtido efectiva reparação do dano em execução de sentença condenatória relativa a pedido deduzido nos termos dos artigos 60º a 74º do Código de Processo Penal ou se for razoavelmente de prever que o delinvente e responsáveis civis não repararão o dano, sem que seja possível obter de outra fonte uma reparação efectiva e suficiente”.

Os danos não patrimoniais, que pela sua natureza e gravidade, mereçam a tutela do direito, também são ressarcíveis (n.º5 do artigo 1º).

O subsídio é fixado em termos de equidade, tendo como limite máximo, por cada lesado, o montante correspondente a cinco vezes o valor do índice 1,000 da tabela indiciária da função pública, sendo que as

vítimas têm, ainda, direito às prestações em espécie definidas no artigo 28º do Decreto-Lei n.º40/95/M, de 14 de Agosto, com vista ao restabelecimento do estado de saúde e da capacidade de trabalho ou de ganho da vítima e compreendendo a assistência médica e cirúrgica, geral ou especializada (incluindo os elementos de diagnóstico e de tratamento que forem necessários, a assistência medicamentosa, os cuidados de enfermagem, o internamento hospitalar, o fornecimento de aparelhos de prótese e ortopedia, sua renovação e reparação, a reabilitação funcional e os transportes), a suportar pelo Território, com os limites pecuniários máximos ali fixados (artigo 2º da Lei n.º6/98/M).

Os direitos previstos neste diploma legal são claramente supletivos e só são atribuídos quando, por outra via, não seja possível ressarcir a vítima, o que se compreende, visto que os actos violentos que dão causa às lesões, não são imputáveis à Região, nem a nenhum ente público.

Assim,

Só há lugar a atribuição do subsídio e demais prestações se as vítimas não obtiverem efectiva reparação do dano em execução de sentença condenatória ou se for de prever que o delincente ou os responsáveis civis não repararão o dano [artigo 1º, n.º1, alínea d)];

Na fixação do subsídio será tomada em consideração toda a importância recebida de outra fonte, nomeadamente do próprio delincente ou da segurança social, todavia, com respeito a seguros privados de vida

ou acidentes pessoais, só na medida em que a equidade o exija (n.º3, do artigo 2º).

Quando a vítima, posteriormente ao pagamento de provisões ou do subsídio, obtiver, a qualquer título, uma reparação ou uma indemnização efectiva do dano sofrido, deve a Região, exigir o reembolso, total ou parcial, das importâncias recebidas (artigo 15º, n.º1);

"Não haverá lugar à aplicação do disposto na presente lei quando o dano for causado por um veículo terrestre a motor, **bem como se forem aplicáveis as regras sobre acidentes de trabalho ou em serviço**" (n.º6, do artigo 1º com sublinhado nosso).

Ora, no caso *sub judice*, pelas razões acima aduzidas, a Administração fez errada integração acerca da interpretação deste último requisito negativo.

A autoridade administrativa constatou que a vítima tinha beneficiado do regime relativo aos acidentes em serviço. Assim, fazendo aplicação do n.º6 do artigo 1º da Lei n.º6/98/M, negou a atribuição de qualquer subsídio a título de protecção às vítimas de crimes violentos, sem cuidar de saber se o requerente tinha sofrido, efectivamente, um acidente em serviço. Isto é, aceitou a qualificação do evento como acidente em serviço, efectuado pelos Serviços a que pertencia o funcionário, que lhe abonaram, aliás, todas as prestações devidas aos acidentados em serviço, prescindindo de uma qualificação própria. Desta forma, tendo fundamentado a Administração o indeferimento do pedido de concessão de

subsídio ao abrigo da Lei 6/98/M, de 17/8 (Protecção às Vítimas de Crimes Violentos), formulado pelo Recorrente com base naquela caracterização do sucedido, actuou com erro nos pressupostos de direito, o que deve conduzir à anulação do acto, merecendo assim ser julgado procedente o presente recurso.

Prejudicada fica assim aquela outra questão e que se prenderia com a necessidade de apurar, caso se optasse por caracterizar o acidente como em serviço, se tal impediria a atribuição do subsídio previsto na Lei n.º6/98/M, por danos não patrimoniais, já que a protecção por acidente em serviço não abrange(u) o ressarcimento destes danos.

IV - DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em conceder provimento ao recurso, anulando-se o acto recorrido.

Sem custas.

Macau, 5 de Fevereiro de 2004,

João A. G. Gil de Oliveira (Relator)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong